

# Sumário

Capítulo 1 ► <b>Normas Fundamentais do Novo Código de Processo Civil e da Aplicação das Normas Processuais</b> .....	39
1. As Normas Fundamentais do Código De Processo Civil De 2015 .....	39
1.1. Fundamento Constitucional .....	39
1.2. As Espécies de Normas Fundamentais: princípios e regras jurídicas .....	40
1.3. Classificação dos Princípios Processuais: princípios informativos e fundamentais ...	41
2. Normas Fundamentais do Código de Processo Civil em Espécie .....	42
2.1. Identificação dos Princípios e Regras .....	42
2.2. O Princípio do Devido Processo Legal como Princípio Nuclear .....	42
2.3. Regra Jurídica da Iniciativa da Parte e do Impulso Oficial.....	42
2.3.1. A Exigência de Iniciativa da Parte .....	42
2.3.2. Impulso Oficial .....	43
2.4. Princípio do Acesso à Justiça ou Inafastabilidade do Controle Jurisdicional .....	43
2.4.1. O sentido do Princípio do Acesso à Justiça .....	43
2.4.2. O Acesso à Justiça Quantitativo e Qualitativo .....	44
2.4.3. A Mediação e a Conciliação.....	45
2.4.4. A Mediação e a Conciliação do Poder Público .....	46
2.5. Princípio da Primazia do Julgamento de Mérito .....	48
2.5.1. Observações Gerais.....	48
2.5.2. O fim da jurisprudência defensiva?.....	48
2.5.3. Exemplos de aplicabilidade do princípio da primazia do julgamento do mérito..	50
2.5.4. Aplicabilidade aos recursos interpostos sob a égide do CPC 2015. ....	51
2.6. Princípio da Duração Razoável do Processo .....	52
2.6.1. Observações gerais .....	52
2.6.2. Mecanismos para a Efetivação da Rápida Duração do Processo .....	52
2.7. Princípio da Boa-Fé Processual .....	52
2.7.1. A Boa-fé Processual como Cláusula Geral.....	52
2.7.2. Situações Objetivas e Subjetivas de Litigância de Má-Fé.....	53
2.7.3. Devolução de parcelas recebidas com boa-fé por ordem liminar revogada. ....	54
2.8. Princípio da Cooperação Processual .....	54
2.9. Princípio da Isonomia .....	55
2.9.1. Extensão do Princípio da Isonomia.....	55
2.9.2. O princípio da igualdade e o Sistema de Precedentes .....	55
2.9.3. Os Prazos Diferenciados.....	58
2.9.4. Situações jurídicas processuais em espécie.....	59
2.10. Princípios Regentes da Aplicação do Ordenamento Jurídico .....	66
2.11. Princípio da publicidade dos atos processuais .....	66
2.11.1. Previsão genérica da publicidade.....	66

2.11.2. Segredo de Justiça .....	66
2.11.3. Segredo parcial .....	67
2.12. Princípio do Contraditório Dinâmico .....	67
2.12.1. Necessidade de observância do contraditório dinâmico (ou substancial) .....	67
2.12.2. Contraditório postergado .....	68
2.13. Princípio da Fundamentação Analítica .....	68
2.13.1. A fundamentação analítica em oposição à fundamentação sintética .....	68
2.13.2. Conteúdo Mínimo das Decisões Judiciais .....	68
2.14. Atendimento Preferencial da Ordem Cronológica .....	68
2.15. Princípio da Autonomia de Vontade das Partes e do Dispositivo em Sentido Processual ..	69
3. A Aplicabilidade as Normas Processuais .....	70
3.1. Definição de Lei Processual Civil .....	70
3.2. Direito Processual Intertemporal. Critérios .....	71
3.2.1. Conceito de direito intertemporal .....	71
3.2.2. Critérios .....	71
4. Súmulas .....	73
4.1. Supremo Tribunal Federal .....	73
4.2. Superior Tribunal de Justiça .....	73
5. Legislação Relacionada ao Capítulo .....	74
Questões ► <b>Capítulo 1</b> .....	77
1. Questões .....	77
2. GABARITO .....	81
3. MEU RESUMO PARA MEMORIZAÇÃO DO CAPÍTULO I .....	82
3.1. Quais os principais pontos que aprendi ao longo do capítulo que considero importantes? .....	82
Capítulo 2 ► <b>Categorias Jurídicas Básicas – Jurisdição, Ação, Defesa e Processo</b> .....	87
1. Introdução .....	87
2. Jurisdição .....	89
2.1. Conceito e características .....	89
2.2. Jurisdição, legislação e administração .....	92
2.3. Princípios inerentes à jurisdição .....	92
2.3.1. Territorialidade .....	93
2.3.2. Inércia .....	93
2.3.3. Indelegabilidade .....	94
2.3.4. Inafastabilidade .....	95
2.3.5. Juiz natural .....	96
2.4. Espécies de jurisdição .....	96
2.5. Equivalentes jurisdicionais .....	98
2.5.1. Mediação e conciliação .....	99
2.5.2. Arbitragem .....	99
3. Ação .....	102
3.1. Conceito e natureza jurídica .....	102
3.1.1. Teoria Imanentista ou Civilista .....	103

3.1.2. Teoria Concreta ou do Direito Concreto de Ação .....	103
3.1.3. Teoria Abstrata do direito de ação .....	104
3.1.4. Teoria Eclética .....	104
3.1.5. Teoria adotada pela legislação processual brasileira .....	105
3.2. Condições da ação .....	105
3.3. Elementos da ação .....	108
3.4. Classificação das ações .....	110
3.4.1. Classificação das ações segundo a natureza jurídica da relação deduzida em juízo .....	110
3.4.2. Classificação das ações segundo o objeto do pedido mediato .....	110
3.4.3. Classificação segundo o tipo de tutela jurisdicional- .....	110
3.4.4. Classificação das ações de conhecimento .....	111
4. Defesa .....	112
4.1. Definição e distinções necessárias .....	112
4.2. Natureza da exceção .....	114
4.3. Classificação das exceções .....	114
4.3.1. Exceções de mérito e de admissibilidade .....	115
4.3.2. Exceções direta e indireta .....	115
4.3.3. Exceções dilatória e peremptória .....	115
4.3.4. Objeção e exceção .....	116
4.3.5. Exceções interna e instrumental .....	116
5. Processo .....	117
5.1. Noções gerais .....	117
5.2. Natureza jurídica e teorias explicativas .....	118
5.1.1. Teoria do processo como contrato .....	118
5.1.2. Teoria do processo como quase contrato .....	118
5.1.3. Teoria do processo como relação jurídica .....	118
5.1.4. Processo como situação jurídica .....	119
5.1.5. Teoria do processo como procedimento em contraditório .....	119
5.2. Relação entre processo e direito material .....	119
5.3. Características da relação jurídica processual .....	120
6. Informativos de Jurisprudência Relacionados aos Temas .....	120
7. Legislação Relacionada ao Tema .....	122
<b>Capítulo 3 ► Limites da Jurisdição Nacional e da Cooperação Internacional .....</b>	<b>137</b>
1. Noções Gerais .....	137
2. Competência internacional .....	137
2.1. Competência internacional concorrente .....	139
2.1.1. Alimentos internacionais .....	140
2.1.2. Relações de consumo internacionais .....	141
2.1.3. Cláusula de eleição de foro internacional .....	142
2.1.4. Ineficácia da litispendência e da coisa julgada estrangeira .....	143
2.2. Competência internacional exclusiva .....	144
3. Cooperação internacional .....	145
3.1. Notas preliminares .....	145
3.2. Auxílio direto .....	146
3.3. Carta rogatória .....	148

4. Informativos de jurisprudência relacionados ao tema .....	149
5. Legislação relativa ao tema .....	150
<b>Capítulo 4 ► Competência e Cooperação Nacional</b> .....	<b>155</b>
1. Noções Gerais .....	155
2. Distribuição da Competência .....	155
3. Perpetuação da Jurisdição .....	156
4. Classificação da Competência .....	158
4.1. Competência territorial e competência do juízo .....	158
4.2. Competência originária e derivada .....	158
4.3. Competência relativa e competência absoluta .....	159
5. Critérios Determinativos de Distribuição da Competência .....	161
5.1. Competência em razão da matéria ( <i>ratione materiae</i> ) .....	161
5.2. Competência em razão da pessoa ( <i>ratione personae</i> ) .....	161
5.3. Competência em razão do valor da causa .....	162
5.4. Competência funcional .....	163
5.5. Competência territorial .....	163
6. Modificação da competência .....	166
6.1. Generalidades .....	166
6.2. Modificação voluntária .....	166
6.2.1. Não alegação de incompetência relativa .....	166
6.2.2. Foro de eleição .....	167
6.3. Modificação legal .....	168
6.3.1. Conexão e continência .....	169
6.3.2. Outras hipóteses .....	170
7. Conflito de Competência .....	171
8. Competência da Justiça Federal .....	172
9. Informativos de Jurisprudência Relacionados ao Tema .....	175
10. Legislação Relativa ao Tema .....	190
<b>Capítulo 5 ► Dos Sujeitos do Processo</b> .....	<b>195</b>
1. Observações Preliminares .....	195
2. Partes .....	195
3. Capacidade Processual e Legitimação Processual .....	196
4. Curatela Especial .....	197
4.1. Cabimento .....	197
4.2. Atribuição institucional da Defensoria Pública .....	197
4.3. Previsão no Estatuto da Criança e do Adolescente .....	197
4.4. Oferecimento de resposta e recurso pelo curador especial .....	198
4.5. Curatela Especial e Honorários Advocatícios .....	198
4.6. Natureza jurídica do curador especial .....	198
5. Representação de Pessoas Jurídicas e de Entes Despersonalizados .....	198
6. Representação e Substituição Processual .....	199
7. Regularização do Vício .....	199
8. Deveres das Partes .....	199
9. Responsabilidade das Partes por Dano Processual .....	200

10. Despesas, Honorários Advocatícios e das Multas .....	201
11. Da Gratuidade da Justiça .....	203
11.1. Titulares do direito à gratuidade da Justiça .....	203
11.2. Abrangência .....	203
11.3. Condição suspensiva de exigibilidade .....	204
11.4. Formulação do pedido de gratuidade .....	204
11.5. Pedido no recurso .....	204
11.6. Impugnação à gratuidade da Justiça .....	204
12. Procuradores .....	204
12.1. Exigência da Presença de Advogado .....	204
12.2. Dispensa do Patrocínio por Advogado .....	205
12.3. Dispensa de apresentação da procuração pelo advogado .....	205
13. Sucessão das Partes e dos Procuradores .....	205
13.1. Admissibilidade da sucessão .....	205
13.2. Alienação da coisa ou do direito litigioso por ato entre vivos, a título particular....	205
13.3. Sucessão processual decorrente de morte de uma das partes .....	206
13.4. Revogação de Mandato .....	206
13.5. Renúncia ao mandato .....	206
14. Litisconsórcio .....	207
14.1. Conceito e Classificação .....	207
15. Da Intervenção de Terceiros .....	209
15.1. Noções gerais .....	209
15.2. Classificação: intervenção voluntária e provocada .....	209
15.3. Da assistência .....	210
15.3.1. Apontamentos gerais .....	210
15.3.2. Modalidades de assistência .....	211
15.3.3. Procedimento de ingresso do assistente .....	212
15.3.4. Requerimento de assistência formulado pela União .....	212
15.4. Da denunciação da Lide.....	212
15.4.1. Considerações Iniciais .....	212
15.4.2. A provocação da Denunciação da Lide.....	212
15.4.3. Cabimento da Denunciação da Lide .....	213
15.4.4. Cumprimento da obrigação de pagar exigido diretamente pelo autor perante o denunciado .....	214
15.4.5. Vedação da Denunciação da Lide no Código de Defesa do Consumidor ligada à indenização por fato do produto.....	215
15.5. Do chamamento ao processo .....	215
15.5.1. Considerações iniciais e natureza jurídica .....	215
15.5.2. Da Admissibilidade do Chamamento ao Processo.....	216
15.5.3. Da Sentença de Procedência .....	216
15.5.4. Chamamento ao processo e o Código de Defesa do Consumidor .....	216
15.6. Do Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica .....	217
15.6.1. Considerações Iniciais .....	217
15.6.2. A Desconsideração Requerida na Própria Inicial.....	217
15.6.3. Legitimidade para requerer a instauração do incidente .....	217

15.6.4. Admissibilidade do Incidente.....	217
15.6.5. Procedimento .....	218
15.7. Intervenção do <i>Amicus Curiae</i> .....	<b>218</b>
15.7.1. Previsão Legislativa .....	218
15.7.2. Quem é o <i>amicus curiae</i> ? .....	219
15.7.3. Limitação à Legitimação Recursal do <i>Amicus Curiae</i> .....	220
16. Do Juiz e dos Auxiliares da Justiça .....	222
16.1. Do Juiz.....	222
16.1.1. Incumbências do juiz.....	222
16.1.2. Proibição do <i>non liquet</i> .....	223
16.1.3. Decisão por equidade.....	223
16.1.4. Processo utilizado para a prática de ato simulado ou para fim vedado pela lei	223
16.2. Atos do Juiz.....	223
16.3. Princípios. Poderes. Deveres. Responsabilidades do Juiz .....	223
16.4. Impedimentos e Suspeição .....	223
16.5. Dos Auxiliares do Juízo .....	224
16.5.1. Do Escrivão e do Chefe de Secretaria .....	224
16.5.2. Oficial de Justiça.....	224
16.5.3. Perito.....	225
16.5.4. Do Depositário e do Administrador.....	225
16.5.5. Do Intérprete e do Tradutor .....	226
16.5.6. Mediadores e Conciliadores .....	226
17. Ministério Público .....	226
17.1. Hipóteses de atuação .....	226
17.2. Atuação como Fiscal da Ordem Jurídica.....	227
17.3. Responsabilidade civil .....	227
18. Da Advocacia Pública .....	227
18.1. Prerrogativas do Poder Público em Juízo.....	227
18.2. A Citação do Estado para Compor a Relação Processual .....	228
18.3. Prazos Diferenciados para a Prática de Atos Processuais .....	228
18.4. Do não adiantamento de despesas processuais e dos honorários advocatícios.....	228
18.5. Restrições à concessão de medidas de urgência contra a Fazenda Pública.....	228
18.6. Prévia oitiva do Poder Público nas ações de reintegração de posse que lhe forem movidas.....	229
18.7. Prévia oitiva da representação judicial na ação civil pública e no mandado de segurança coletivo .....	229
18.8. Da remessa necessária.....	230
19. Da Defensoria Pública .....	230
19.1. Papel da Defensoria Pública .....	230
19.2. Prerrogativas .....	230
19.3. Extensão da prerrogativa do prazo dobrado .....	230
19.4. Responsabilidade civil .....	230
20. Súmulas e Informativos .....	230
20.1. Súmulas do STF.....	230
20.2. Súmulas do STJ.....	231

20.3. Informativos do STF .....	231
20.4. Informativos do STJ .....	232
21. Legislação Relacionada ao Capítulo .....	233
Questões ► <b>Capítulo 5</b> .....	249
1. Questões .....	249
2. Gabarito.....	253
3. Meu Resumo de Memorização.....	254
4. Apontar as Principais Características das Modalidades de Intervenção de Terceiros .....	255
Capítulo 6 ► <b>Atos Processuais</b> .....	257
1. Definição de Atos Processuais .....	257
2. Forma dos Atos Processuais .....	257
2.1. Princípio da liberdade das formas .....	257
2.2. Segredo de Justiça .....	257
2.3. Negócio Processual e o Calendário Processual .....	257
2.3.1. O autorregramento processual .....	257
2.3.2. Negócios processuais típicos e atípicos.....	259
2.3.3. Calendário Processual .....	259
2.4. Prática eletrônica de atos processuais .....	259
3. Atos das Partes .....	260
3.1. Classificação .....	260
3.2. Produção imediata de efeitos como regra .....	260
3.3. A desistência da ação .....	260
4. Os Pronunciamentos Jurisdicionais no Novo Código de Processo Civil .....	261
4.1. Correção da imprecisão terminológica: pronunciamentos jurisdicionais .....	261
4.2. Das Sentenças .....	262
4.2.1. Conceito de sentença .....	262
4.2.2. Dos capítulos de sentença .....	263
4.3. Classificação das sentenças: terminativas e definitivas.....	264
4.3.1. Sentenças terminativas .....	264
4.3.2. Sentenças definitivas ou de mérito .....	264
4.4. Decisões interlocutórias .....	264
4.4.1. Definição e classificação das decisões interlocutórias .....	264
4.4.2. Decisões interlocutórias típicas e atípicas .....	265
4.5. Os despachos.....	267
4.6. Decisões Monocráticas e Acórdãos.....	267
4.6.1. Decisões Monocráticas e Acórdãos.....	267
4.6.2. Decisão monocrática do Presidente do Tribunal durante o processamento dos precatórios.....	268
4.7. Atos ordinatórios .....	268
5. Atos dos Auxiliares do Juízo .....	269
6. Do Tempo dos Atos Processuais.....	269
7. Lugar dos Atos Processuais.....	269
8. Dos Prazos Processuais .....	269
8.1. Regras gerais sobre os prazos processuais .....	269

8.2. Preclusão .....	271
8.3. Contagem diferenciada de prazos.....	272
8.3.1. Litisconsortes com diversos procuradores .....	272
8.3.2. Ministério Público, Defensoria Pública e a Advocacia Pública .....	272
9. Comunicação dos Atos Processuais .....	272
9.1. Disposições gerais .....	272
10. Citação .....	273
10.1. Conceito .....	273
10.2. Efeitos da Citação Válida .....	273
10.3. Modalidades citatórias .....	273
11. Das Cartas .....	274
12. Intimação .....	275
13. Das Nulidades .....	275
14. Distribuição e do Registro .....	276
14.1. Obrigatoriedade do registro e da distribuição.....	276
14.2. Instrumento de procuração como exigência para demandar .....	276
15. Do Valor da Causa .....	276
15.1. Indicação do valor da causa.....	276
15.2. Definição do Valor da Causa .....	277
15.3. Impugnação ao valor da causa .....	277
16. Súmulas e Informativos dos Tribunais Superiores .....	277
16.1. Súmulas do STF.....	277
16.2. Súmulas do STJ.....	278
16.3. Informativos do Superior Tribunal de Justiça .....	278
17. Legislação relacionada ao assunto.....	280
<b>Questões ► Capítulo 6 .....</b>	<b>293</b>
1. QUESTÕES.....	293
2. GABARITO.....	296
3. Meu Resumo para Memorização do Capítulo .....	297
<b>Capítulo 7 ► Tutela Provisória.....</b>	<b>299</b>
1. Observações Preliminares .....	299
2. O Processo Cautelar no CPC De 1973 .....	299
3. Tutela Antecipada no CPC De 1973 .....	300
4. Disposições Gerais da Tutela Provisória no CPC 2015.....	300
5. Da Tutela De Urgência .....	301
5.1. Requisitos Comuns para a Tutela de Urgência.....	301
5.2. Prévia Garantia para a Tutela Provisória de Urgência de Caráter Antecedente.....	301
5.3. Comprovação dos Requisitos da Tutela de Urgência.....	302
5.4. Condição para o Deferimento da Tutela Provisória.....	302
5.5. Fundamentos, Requisitos e Condição para o Deferimento da Tutela de Urgência.....	303
5.6. A Tutela Antecipada Requerida de Forma Antecedente .....	303
5.7. Da Estabilização da Medida .....	304
5.7.1. Ponto de Partida .....	304
5.7.2. O Alcance da Estabilização da Tutela Antecipada Antecedente.....	304

5.7.3. Causa da Estabilização da Tutela.....	305
5.7.4. Ação para Rever, Reformar ou Invalidar a Tutela Antecipada Estabilizada .....	305
5.7.5. Decisões que não podem ser estabilizadas (família, parciais etc.) .....	305
5.7.6. Extinção do Processo .....	306
5.8. Da Tutela Cautelar .....	306
5.8.1. Medidas Cautelares Típicas e Atípicas .....	306
5.8.2. Tutela Cautelar Antecedente .....	307
6. Tutela de Evidência .....	307
6.1. Diferenciação para com a Tutela de Urgência .....	307
6.2. Hipóteses Legais de Tutela da Evidência .....	308
7. Tutela Provisória Contra a Fazenda Pública.....	308
7.1. Observações preliminares .....	308
7.2. O regime especial das liminares contra o Poder Público .....	309
8. Súmulas e Informativos dos Tribunais Superiores .....	312
8.1. Súmula do STF .....	312
8.2. Súmula do STJ .....	312
8.3. Informativos do STJ .....	312
9. Legislação Relacionada ao Assunto.....	312
Questões ► <b>Capítulo 7</b> .....	315
1. Questões .....	315
2. Gabarito.....	319
3. Meu Resumo para Memorização .....	320
Capítulo 8 ► <b>Da Formação, Suspensão e Extinção do Processo</b> .....	323
1. Da Formação do Processo .....	323
1.1. Princípio da Ação ou da Inércia da Jurisdição .....	323
1.2. A Propositura da Ação.....	323
1.3. Efeitos da Propositura para o Réu: somente a partir da citação válida.....	323
1.4. Protocolo da Inicial x Registro e Distribuição (diferenças para a fixação do juízo prevento) .....	324
2. Da Suspensão do Processo .....	324
2.1. A Suspensão e a Extinção como Causas de Crise do Processo .....	324
2.2. Efeito da Suspensão: paralisação do processo .....	325
2.3. Causas de Suspensão do Processo .....	325
3. Extinção do Processo .....	329
4. Súmulas e Informativos dos Tribunais Superiores .....	329
4.1. Súmulas do STF e do STJ .....	329
4.3. Informativos do STF e do STJ .....	330
5. Legislação Correlata .....	331
Questões ► <b>Capítulo 8</b> .....	333
2. Gabarito.....	336
3. Meu Resumo de Memorização do Capítulo .....	337
3.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes? .....	337
Capítulo 9 ► <b>Procedimento Comum</b> .....	339

1. Noções gerais .....	339
2. Petição Inicial.....	339
2.1. Definição e requisitos .....	339
2.2. Aditamento e emenda.....	342
2.3. Pedido.....	344
2.3.1. Conceito e requisitos .....	344
2.3.2. Cumulação de pedidos .....	345
2.3.3. Espécies de pedido.....	347
2.4. Indeferimento da petição inicial.....	348
2.5. Improcedência liminar do pedido.....	350
3. Citação .....	351
3.1. Generalidades .....	351
3.2. Impedimento legal para a citação.....	352
3.3. Efeitos da citação .....	353
3.4. Modalidades de citação .....	354
4. Audiência de conciliação ou de mediação .....	355
5. Resposta do réu.....	357
5.1. Contestação .....	357
5.1.1. Definição e prazo para apresentação .....	357
5.1.2. Princípio da concentração ou da eventualidade .....	358
5.1.3. Defesas de admissibilidade e de mérito.....	359
5.1.4. Ilegitimidade e nomeação à autoria .....	359
5.1.5. Ônus da impugnação especificada.....	360
5.2. Reconvenção .....	361
5.3. Impedimento e suspeição .....	363
6. Revelia .....	364
7. Providências preliminares e saneamento .....	366
7.1. Providências preliminares .....	366
7.2. Julgamento conforme o estado do processo.....	367
7.3. Julgamento antecipado do mérito .....	368
7.4. Saneamento e organização do processo .....	369
8. Audiência de instrução e julgamento .....	371
9. Provas .....	373
9.1. Direito fundamental à prova.....	373
9.2. Conceito e destinatário da prova .....	373
9.3. Objeto da prova .....	374
9.4. Poderes instrutórios do magistrado .....	375
9.5. Meios de prova .....	376
9.6. Ônus da prova .....	377
9.6.1. Ônus Dinâmico da prova.....	377
9.6.2. Inversão do ônus da prova.....	378
9.7. Ata notarial.....	379
9.8. Depoimento pessoal .....	380
9.9. Confissão.....	381
9.10. Exibição de documento ou coisa.....	382

9.10.1. Exibição dirigida à parte.....	382
9.10.2. Exibição dirigida a terceiros.....	384
9.11. Prova documental .....	385
9.11.1. Conceito e espécies .....	385
9.11.2. Força probante dos documentos.....	385
9.11.3. Arguição de falsidade.....	387
9.11.4. Produção da prova documental .....	387
9.11.5. Documentos eletrônicos .....	388
9.12. Prova testemunhal .....	388
9.12.1. Generalidades .....	388
9.12.2. Admissibilidade e valor da prova testemunhal .....	389
9.12.3. Capacidade para testemunhar.....	389
9.12.4. Produção da prova testemunhal.....	391
9.13. Prova pericial .....	392
9.13.1. Conceito e objeto.....	392
9.13.2. Perito e assistente técnico.....	392
9.13.3. Produção da prova pericial.....	394
9.13.4. Perícia simplificada.....	395
9.14. Inspeção judicial.....	396
10. Sentença e coisa julgada .....	396
11. Informativos de jurisprudência relacionados ao tema.....	397
12. Legislação relativa ao tema.....	406
<b>Capítulo 10 ► Sentença e Coisa Julgada.....</b>	<b>425</b>
1. Introdução .....	425
2. Sentença.....	425
2.1. Conceito e classificação dos pronunciamentos judiciais .....	425
2.1.1. Despachos .....	426
2.1.2. Decisões interlocutórias.....	426
2.1.3. Sentença .....	427
2.2. Elementos da decisão judicial.....	428
2.2.1. Relatório .....	429
2.2.2. Fundamentação .....	429
2.2.3. Dispositivo .....	431
2.3. Requisitos da decisão judicial .....	432
2.3.1. Congruência externa.....	433
2.3.2. Congruência interna .....	435
2.4. Decisão e fato superveniente .....	437
2.5. Conteúdo da sentença.....	438
2.6. Eficácia da sentença.....	439
2.7. Publicação, Retratação e Integração da Decisão.....	440
3. Coisa julgada .....	441
3.1. Conceito e características.....	441
3.2. Natureza jurídica.....	442
3.3. Preclusão e coisa julgada .....	443
3.4. Limites da coisa julgada.....	444

3.4.1. Limites objetivos .....	444
3.4.2. Ação declaratória incidental.....	447
3.4.3. Limites subjetivos.....	448
3.4.4. Limites temporais .....	451
3.5. Meios de impugnação da coisa julgada .....	452
3.5.1. Ação rescisória .....	453
3.5.2. Querela nullitatis .....	454
3.5.3. Coisa julgada inconstitucional.....	455
3.5.4. Coisa julgada e ação de investigação de paternidade .....	456
4. Informativos De Jurisprudência Relacionados ao Tema .....	458
5. Legislação Relativa ao Tema .....	463
<b>Capítulo 11 ► Liquidação e do Cumprimento de Sentença .....</b>	<b>469</b>
1. Da Liquidação de Sentença.....	469
1.1. Os Pronunciamentos Ilíquidos que Reconhecem a Existência de Obrigação.....	469
1.2. Liquidação Provisória e Definitiva .....	470
1.3. Concomitantes liquidação e cumprimento de sentença em relação ao mesmo título	470
1.4. Apuração do Valor Dependente de Cálculos Aritméticos .....	470
1.5. Fixação de Honorários na Liquidação Proposta em Face da Fazenda Pública .....	471
1.6. Liquidação Incidental e Autônoma .....	471
1.7. Iniciativa da Liquidação .....	472
1.8. Procedimentos para Apuração do Valor .....	472
1.8.1. Liquidação por Arbitramento .....	472
1.8.2. Liquidação pelo Procedimento Comum .....	472
1.9. Natureza do Pronunciamento que Julga da Liquidação.....	472
1.10. Condenação em Verba Honorária na Liquidação .....	472
1.11. Inviabilidade das Sentenças Ilíquidas no Âmbito dos Juizados.....	473
1.12. Liquidação Imprópria.....	473
2. Cumprimento da sentença .....	474
2.1. Disposições Gerais.....	474
2.2. O Processo Sincrético.....	474
2.3. Princípio do dispositivo para o cumprimento de sentença relativo à obrigação de pagar	475
2.4. Intimação do Devedor.....	475
2.5. Legitimados no cumprimento de sentença .....	476
2.6. Títulos Executivos Judiciais .....	477
2.7. Competência para a fase de cumprimento de sentença .....	477
2.8. Admissibilidade do protesto .....	477
2.9. Alegação de questões pertinentes à validade do procedimento de cumprimento de sentença e dos atos executivos subsequentes .....	478
2.10. Cumprimento provisório da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa .....	478
2.10.1. Cabimento do cumprimento provisório .....	478
2.10.2. Regime do cumprimento provisório .....	478
2.10.3. Requerimento do cumprimento de sentença.....	479
2.11. Do Cumprimento Definitivo da Sentença que Reconhece a Exigibilidade de Obrigação de Pagar Quantia Certa .....	479

2.11.1. Execução de parcela incontroversa da sentença .....	479
2.11.2. Processamento do cumprimento definitivo .....	480
2.11.3. Intimação do Devedor para cumprimento da obrigação .....	480
2.11.4. Incidência da Multa de 10% e de honorários advocatícios .....	481
2.11.5. Outros atos executivos e expropriatórios .....	482
2.12. Impugnação ao cumprimento de sentença.....	482
2.12.1. Aplicabilidade da Impugnação .....	482
2.12.2. Natureza jurídica .....	483
2.12.3. Prazo para Oferecimento .....	483
2.12.4. Dispensa da Prévia Garantia .....	483
2.12.5. Matérias que podem ser alegadas na impugnação .....	484
2.12.6. A Alegação de inexigibilidade diante da coisa julgada inconstitucional .....	484
2.12.7. Efeito suspensivo .....	485
2.12.8. Efeito Suspensivo na Impugnação de Execução de Alimentos.....	486
2.12.9. Quadro Sintético da Impugnação .....	486
2.13. Cumprimento de Sentença que Reconheça a Exigibilidade da Obrigação de Prestar Alimentos .....	486
2.13.1. Os Regimes de Cumprimento de Sentença de Alimentos .....	486
2.13.2. Previsão da Prisão Civil .....	487
2.13.3. Procedimento .....	487
2.13.4. O desconto em folha de pagamento como meio expropriatório .....	488
2.13.5. Constituição de capital.....	488
2.13.6. Patrimônio de afetação .....	488
2.14. Cumprimento de sentença que reconhece obrigação em face da Fazenda Pública ....	489
2.14.1. Procedimento de cumprimento diferenciado.....	489
2.14.2. Dimensão Material do Conceito de Fazenda Pública .....	489
2.14.3. Cumprimento Provisório de Sentença contra a Fazenda Pública .....	489
2.14.4. A Impenhorabilidade dos Bens Públicos .....	490
2.14.5. Inviabilidade do Protesto contra a Fazenda Pública.....	490
2.14.6. Requerimento de Iniciação da Fase de Cumprimento Definitivo da Obrigação de Pagar Quantia Certa .....	491
2.14.7. Da Intimação do Representante Judicial da Fazenda Pública.....	491
2.14.8. Do Não Oferecimento da Impugnação e os Honorários Advocatícios Devidos na Execução .....	491
2.14.9. Natureza da Impugnação ao Cumprimento de Sentença.....	493
2.14.10. O Rol do Art. 535 do CPC/2015 é Taxativo ou Exemplificativo?.....	493
2.14.11. Matérias Alegáveis na Impugnação .....	495
2.14.12. A Impugnação Parcial e o Cumprimento de Sentença .....	496
2.14.13. A Decisão Interlocutória de Mérito e o seu Cumprimento.....	497
2.14.14. Efeito da Impugnação .....	497
2.14.15. Pronunciamento que Decide a Impugnação .....	498
2.14.16. Honorários na Impugnação.....	498
2.14.17. Da Execução da Obrigação de Pagar Fundada em Título Executivo Extrajudicial.	498
2.14.18. Introdução ao Estudo do Precatório e da Obrigação de Pequeno Valor.....	499
3. Cumprimento de Sentença que Reconheça a Exigibilidade de Obrigação de Fazer ou de Entregar Coisa.....	507

3.1. Cumprimento de Sentença que Reconheça a exigibilidade de obrigação de Fazer ou de não fazer.....	507
3.2. A obtenção da tutela específica ou do resultado prático equivalente .....	507
3.3. Cumprimento de Obrigação de Fazer e de Entregar contra a Fazenda Pública .....	507
3.4. Adoção das técnicas executiva e mandamental.....	507
3.5. Cumprimento de Sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de entregar coisa ..	508
4. Súmulas STF.....	508
5. Súmulas STJ.....	508
6. Informativos STJ .....	509
7. Legislação .....	510
Questões ► <b>Capítulo 11</b> .....	517
1. Questões .....	517
2. Gabarito.....	520
<b>Capítulo 12 ► Procedimentos Especiais</b> .....	523
1. Tutela Jurisdicional Diferenciada .....	523
2. Da Ação de Consignação em Pagamento .....	523
2.1. Finalidade do Procedimento .....	523
2.2. Interrupção da Prescrição .....	523
2.3. Consignação Extrajudicial .....	524
2.4. Legitimidade .....	524
2.5. Competência Territorial .....	524
2.6. Efeitos da Consignação .....	525
2.7. Depósito das Prestações Sucessivas.....	525
2.8. Petição Inicial: requisitos intrínsecos .....	525
2.9. Consignação de coisa indeterminada .....	525
2.10. Contestação .....	526
2.11. Reconvênção em Consignatória de Alugueres .....	527
2.12. Litisconsórcio Passivo Alternativo .....	527
2.13. Consignatória de Aluguel e Férias Forenses.....	527
3. Da Ação de Exigir Contas .....	527
3.1. Fim da Ação de Prestar Contas.....	527
3.2. Procedimento da Ação de Exigir Contas.....	528
3.3. Contas do Inventariante, Tutor, Curador, Depositário e de Qualquer Outro Administrador.....	529
3.4. Exigência de Contas pelo Filho .....	529
4. Das Ações Possessórias .....	529
4.1. A Fungibilidade das Ações Possessórias.....	529
4.2. Espécies de Ações Possessórias.....	529
4.3. Ações Possessórias e Invasões Coletivas.....	530
4.4. Pedidos na Ação Possessória .....	530
4.5. Contestação .....	530
4.6. Inviabilidade de Ajuizamento de Ação Petitória Durante o Curso de Ação Possessória ..	530
4.7. Procedimento da Ação Possessória: posse nova .....	531
4.8. Exigência de Caução .....	531
4.9. Posse com força nova e os requisitos da tutela possessória .....	531

4.10. Contraditório Prévio e as Liminares contra as Pessoas Jurídicas de Direito Público ..	531
4.11. Citação do Requerido e Prazo para Resposta .....	532
4.12. Posse Velha e Litígio Coletivo.....	532
4.13. Ocupação Indevida de Bem Público .....	532
4.14. Exercício do Direito de Retenção.....	532
5. Da Ação de Divisão e da Demarcação de Terras Particulares.....	532
5.1. Notas Introdutórias .....	532
5.2. Cumulação das ações demarcatória e divisória .....	533
5.3. Divisão e Demarcação Extrajudiciais .....	533
5.4. Dispensa de Prova Pericial .....	533
5.5. Ação Demarcatória .....	534
5.5.1. Legitimidade .....	534
5.5.2. Petição Inicial .....	534
5.5.3. Sentença .....	534
5.5.4. Sentença homologatória da demarcação.....	535
5.6. Da Ação de Divisão.....	535
5.6.1. Legitimidade .....	535
5.6.2. Fase de conhecimento e fase de cumprimento de sentença .....	535
5.6.3. Citação dos réus e observância do procedimento comum .....	535
5.6.4. Fase de cumprimento de sentença.....	536
5.6.5. Ação proposta pelos confinantes do imóvel dividendo.....	536
6. Da Ação de Dissolução Parcial da Sociedade .....	537
6.1. O fim da existência das pessoas jurídicas de Direito privado.....	537
6.2. Da ação de dissolução total da sociedade no CPC de 1973 .....	537
6.3. A Dissolução Parcial da Sociedade no Código Civil .....	537
6.4. Objeto da ação .....	538
6.5. Sociedades que podem ser dissolvidas .....	538
6.6. Legitimidade para a Propositura da Ação.....	538
6.6.1. Polo ativo .....	538
6.6.2. Polo passivo.....	538
6.7. Concordância com a dissolução.....	539
6.8. Apresentação de resposta .....	539
6.9. Pedido de indenização ser formulado pela sociedade.....	539
6.10. Critério de apuração de haveres.....	540
6.11. Natureza da sentença.....	540
7. Inventário e Partilha .....	540
7.1. Disposições gerais .....	540
7.2. Limitação da discussão no âmbito do inventário .....	541
7.3. Legitimidade para Requerer o Inventário.....	541
7.4. Inventariante .....	542
7.4.1. Pessoas que podem ser nomeados inventariantes .....	542
7.4.2. Incumbência do inventariante.....	542
7.4.3. Remoção do inventariante .....	543
7.5. Citações e Impugnações.....	543
7.6. Avaliação e do Cálculo do Imposto.....	544

7.7. Das Colações .....	544
7.8. Pagamento das dívidas.....	545
7.9. Da Partilha.....	545
7.10. Ação anulatória da partilha e Ação Rescisória .....	546
7.11. Do Arrolamento Sumário.....	546
7.12. Arrolamento comum .....	547
7.13. Cessação da eficácia da tutela provisória .....	547
7.14. Admissibilidade da sobrepartilha .....	548
7.15. Cumulação de inventários.....	548
8. Embargos de Terceiro.....	548
8.1. Natureza jurídica.....	548
8.2. Legitimidade Ativa .....	548
8.3. Momento para o oferecimento dos embargos .....	549
8.4. Competência .....	549
8.5. Petição inicial .....	550
8.6. Polo passivo.....	550
8.7. Tutela Provisória .....	550
8.8. Sentença .....	550
9. Oposição .....	550
9.1. Natureza jurídica.....	550
9.2. Partes na oposição .....	551
9.3. Processamento e sentença.....	551
9.4. Oposição do Ente Público em Ação Possessória .....	551
10. Habilitação.....	552
10.1. Finalidade.....	552
10.2. Espécies de habilitação.....	552
11. Ações de Família .....	553
11.1. A Abrangência das Ações de Família .....	553
11.2. Preferencial Solução por Meio da Mediação e Conciliação .....	553
11.3. Particularidades da citação do requerido .....	553
11.4. Intervenção do Ministério Público.....	554
11.5. Acompanhamento de especialista no caso de abuso ou alienação parental .....	554
11.6. Ações com Trâmite na Vara da Infância e da Juventude .....	554
12. Ação Monitória.....	555
12.1. Finalidade da ação .....	555
12.2. Distinções em relação ao CPC de 1973.....	555
12.2.1. Polo passivo ocupado apenas por <i>pessoas capazes</i> .....	555
12.2.2. Extensão do objeto da ação .....	556
12.2.3. Prova oral documentada .....	556
12.2.4. Ação monitória para cobrança de dinheiro.....	556
12.2.5. Admissibilidade da ação monitória em face da Fazenda Pública.....	556
12.3. Citação do réu .....	556
12.4. Embargos à ação monitória.....	556
13. Homologação do Penhor Legal.....	557
13.1. Aspectos Gerais .....	557

13.2. Homologação judicial do penhor legal .....	557
13.3. Extensão da defesa.....	557
13.4. Homologação .....	557
14. Regulação de Avaria Grossa .....	557
14.1. Avaria Grossa.....	557
14.2. Regulador de avarias .....	558
15. Restauração de Autos .....	558
15.1. Os Autos Físicos e Eletrônicos .....	558
15.2. A Inutilização Autorizada de Autos .....	559
15.3. O Desaparecimento dos Autos .....	559
15.4. Procedimento de Restauração.....	559
15.4.1. Iniciativa para a Instauração do Procedimento.....	559
15.4.2. Distribuição da Ação .....	560
15.4.3. Contraditório .....	560
15.4.4. Momento da Perda dos Autos.....	560
16. Procedimentos de Jurisdição Voluntária.....	560
16.1. Natureza Jurídica .....	560
16.2. Disposições Gerais.....	561
16.3. Ações Processadas de Acordo com as Regras do Procedimento de Jurisdição Voluntária..	561
16.4. Notificação, Interpelação e do Protesto .....	561
16.5. Alienação Judicial .....	562
16.6. Separação, divórcio e alteração de regime de bens .....	562
16.7. Testamentos e codicilos .....	563
16.8. Herança Jacente .....	563
16.9. Bens dos Ausentes .....	564
16.10. Das Coisas Vagas.....	564
16.11. Da interdição .....	564
16.12. Disposições Comuns à Tutela e à Curatela .....	565
16.13. Organização e da Fiscalização das Fundações.....	566
16.14. Ratificação dos Protestos Marítimos e dos Processos Testemunháveis Formados a Bordo	566
17. Súmulas .....	566
17.1. Súmulas STF .....	566
17.2. Súmulas STJ.....	567
17.3. Informativos STF.....	569
17.4. Informativos STJ.....	569
18. Legislação Relacionada ao Capítulo .....	573
Questões ► <b>Capítulo 12</b> .....	597
1. Questões .....	597
2. Gabarito.....	601
Capítulo 13 ► <b>Do Processo de Execução</b> .....	603
1. Parte Geral Do Processo de Execução.....	603
1.1. Ponto de Partida .....	603
1.2. Processo de Execução e Exclusão da Arbitragem .....	603
1.3. Instrumentos Postos à Disposição do Juiz para a Efetividade da Execução .....	603

1.4.	Ato atentatório à dignidade da justiça.....	604
1.5.	Desistência da execução.....	604
1.6.	Responsabilidade pelos danos causados ao devedor.....	605
1.7.	Das partes.....	605
1.8.	Cumulação de ações .....	605
1.9.	Competência .....	606
1.10.	Requisitos para realizar qualquer execução .....	606
1.11.	Título executivo extrajudicial.....	606
1.12.	Pendência de ação para discutir a obrigação .....	607
1.13.	Responsabilidade patrimonial.....	607
1.13.1.	O significado da expressão “bens” .....	607
1.13.2.	O resguardo da execução e do patrimônio mínimo.....	608
1.13.3.	Responsabilidade patrimonial primária e secundária .....	609
1.13.4.	Patrimônio de afetação .....	611
1.14.	Fraude à execução .....	611
1.14.1.	A fraude à execução no contexto da responsabilização patrimonial.....	611
1.14.2.	Os requisitos para o reconhecimento da fraude à execução.....	612
1.14.3.	Hipóteses em que a alienação ou a oneração de bem é considerada fraude à execução.....	613
1.14.4.	Procedimento para a declaração da fraude à execução .....	613
1.14.5.	Natureza do pronunciamento jurisdicional que reconhece a fraude à execução .....	613
2.	Das diversas espécies de execução.....	613
2.1.	Das disposições gerais .....	613
2.1.1.	Do processo de insolvência civil.....	613
2.1.2.	Direito de preferência .....	614
2.1.3.	Petição inicial no processo executivo .....	615
2.1.4.	Indeferimento da petição inicial.....	616
2.1.5.	Interrupção da prescrição .....	616
2.1.6.	Nulidade da execução .....	616
2.2.	Da execução para a entrega de coisa .....	617
2.2.1.	Da entrega de coisa certa .....	617
2.2.2.	Da entrega de coisa incerta.....	617
2.3.	Da execução das obrigações de fazer ou de não fazer.....	618
2.3.1.	Disposições comuns.....	618
2.3.2.	Da obrigação de fazer .....	618
2.3.3.	Da obrigação de não fazer .....	618
2.4.	Da execução por quantia certa .....	618
2.4.1.	Disposições gerais.....	618
3.	Da execução por quantia certa.....	619
3.1.	Despacho inicial .....	619
3.2.	Averbação acautelatória.....	620
3.3.	Citação inicial .....	620
3.4.	Pré-penhora ou arresto no processo executivo .....	620
3.5.	Penhora.....	621
3.5.1.	Definição.....	621

3.5.2. Bens Absoluta e Relativamente Impenhoráveis .....	621
3.5.3. Ordem de Preferência de Bens .....	622
3.5.4. Penhora prejudicada .....	623
3.5.5. Da Documentação da Penhora .....	624
3.5.6. Alienação de bem indivisível e a copropriedade .....	624
3.5.7. A presunção absoluta de conhecimento por terceiro .....	625
3.5.8. Ainda sobre a presunção absoluta e a necessidade de prévia averbação da penhora .....	625
3.5.9. Substituição do bem penhorado .....	626
3.5.10. Segunda penhora.....	627
3.5.11. Alienação antecipada dos bens penhorados .....	627
3.5.12. Penhora de Dinheiro em Depósito ou em Aplicação Financeira .....	628
3.5.13. Outras penhoras possíveis.....	628
3.6. Avaliação.....	629
3.7. Meios Expropriatórios.....	630
3.7.1. Adjudicação .....	630
3.7.2. Da Alienação de Bens .....	631
3.8. Satisfação do Crédito .....	635
3.9. Execução contra a Fazenda Pública.....	636
3.10. Execução de Alimentos.....	637
4. Embargos à Execução .....	637
4.1. Natureza Jurídica .....	637
4.2. Requisitos para a Admissibilidade dos Embargos.....	638
4.2.1. Regularidade formal.....	638
4.2.2. Tempestividade.....	638
4.3. Admissibilidade ou não dos embargos.....	639
4.4. Efeito Suspensivo.....	639
4.5. Pronunciamento que decide os embargos .....	639
5. Suspensão e extinção do processo de execução.....	640
5.1. Suspensão do processo de execução .....	640
5.2. Extinção da execução.....	640
6. Da Execução Fiscal.....	641
6.1. Das classificações das ações tributárias .....	641
6.2. Tratamento diferenciado das execuções fiscais .....	642
6.3. Fundamento da execução fiscal .....	643
6.4. Legitimidade ativa e passiva .....	643
6.5. Competência .....	646
6.6. Do procedimento inicial na execução fiscal .....	647
6.7. Garantia do juízo .....	647
6.8. Da expropriação: adjudicação e alienação .....	648
6.9. Da defesa incidental do executado .....	649
6.10. A exceção de pré-executividade .....	654
6.11. A defesa heterotópica – ações prejudiciais à execução .....	655
6.12. Dos recursos na execução fiscal.....	655
6.13. Da discussão em torno do art. 38, parágrafo único .....	657

6.14 Prescrição intercorrente.....	658
7. Súmulas e Informativos dos Tribunais Superiores .....	658
7.1. Súmulas do Supremo Tribunal Federal .....	658
7.2. Súmulas do Superior Tribunal de Justiça .....	659
7.3. Informativos do Supremo Tribunal Federal.....	663
7.4. Informativos do Superior Tribunal de Justiça .....	663
8. Legislação Relacionada ao Capítulo .....	670
Questões ► <b>Capítulo 13</b> .....	691
1. Questões Fundamentadas .....	691
2. Gabarito.....	695
3. Meu Resumo para Memorização do Capítulo.....	696
3.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes? .....	696
Capítulo 14 ► <b>Dos Processos nos Tribunais e dos Meios de Impugnação das Decisões Judiciais</b> .....	699
1. Das Disposições Gerais .....	699
2. O Precedente no Sistema Jurídico Brasileiro.....	701
2.1. Conceitos importantes: a jurisprudência, o exemplo, a súmula e o precedente .....	701
2.1.1. Jurisprudência .....	701
2.2. Exemplo/Decisão .....	705
2.3. Súmula.....	706
2.4. Precedente.....	707
3. Precedente .....	708
3.1. Conceito .....	708
3.2. A força do precedente.....	709
3.3. Ratio Decidendi: relevância prática de sua determinação .....	712
3.4. O precedente como fonte jurídica formal.....	715
3.5. Efeito vinculante do precedente: o que diz a doutrina brasileira?.....	716
3.6. Diferença entre o efeito vinculante e o efeito erga omnes .....	721
3.7. Efeitos dos precedentes no âmbito processual .....	722
4. Dever de Estabilidade, Integridade e Coerência da Jurisprudência pelos Tribunais.....	723
5. Os precedentes no CPC de 2015.....	724
5.1. Apontamentos preliminares.....	724
5.2. Decisões do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade..	726
5.3. Súmulas vinculantes do Supremo Tribunal Federal e Súmulas do STF em matéria constitucional e do STJ em matéria infraconstitucional .....	727
5.4. Incidente de resolução de demandas repetitivas e de Assunção de Competência .....	727
5.5. Recurso extraordinário repetitivo .....	730
5.6. Recurso especial repetitivo .....	731
5.7. Precedentes oriundos do Plenário ou do Órgão Especial.....	732
6. Técnicas de Manuseio dos Precedentes .....	732
6.1. A técnica da distinção na sistemática de precedentes .....	732
6.2. O raciocínio por comparações: a distinção entre precedentes .....	733
6.3. A distinção entre o caso paradigma e o recurso sobrestado .....	734
6.4. A omissão decorrente da falta da distinção .....	735
6.5. A superação total e parcial do precedente .....	735

6.6.	O processo de superação do precedente no CPC 2015 .....	737
6.6.1.	Superação por procedimento de revisão de tese .....	737
6.6.2.	Superação reconhecida em julgamento de recurso e remessa necessária .....	739
6.6.3.	A modificação das súmulas editadas pelo Supremo Tribunal Federal.....	740
6.6.4.	A modificação das súmulas editadas pelo Superior Tribunal de Justiça.....	740
6.6.5.	Ação rescisória: alteração posterior de jurisprudência e segurança jurídica ....	740
6.7.	A Modulação de Efeitos.....	741
6.7.1.	A modulação decorrente da declaração de inconstitucionalidade.....	741
6.7.2.	Modulação decorrente de mudança jurisprudencial.....	742
6.7.3.	Diferenciação do quórum na modulação de efeitos.....	744
6.7.4.	Modulação dos efeitos em favor da Fazenda Pública.....	744
6.7.5.	Modulação de efeitos no caso concreto.....	745
7.	Da Ordem dos Processos nos Tribunais.....	747
7.1.	Imediata Distribuição .....	747
7.2.	Prevenção do Relator.....	747
7.3.	Incumbências do Relator.....	747
7.4.	Intimação do Recorrente ou das Partes para Manifestação .....	748
7.5.	Sustentação Oral.....	748
7.6.	Do Julgamento do Recurso ou da Ação Originária .....	749
7.7.	Quórum Ampliado para o Julgamento .....	750
7.7.1.	Antigos Embargos Infringentes.....	750
7.7.2.	A exigência de quórum ampliado .....	750
7.7.3.	Ampliação do quórum na apelação .....	750
7.7.4.	Ampliação do quórum na ação rescisória.....	751
7.7.5.	Ampliação do quórum no julgamento de agravo de instrumento.....	751
7.7.6.	Atuação dos Julgadores Convocados .....	751
8.	Incidente de Assunção de Competência .....	752
8.1.	Natureza Jurídica .....	752
8.2.	Admissibilidade do Incidente .....	752
9.	Do Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade .....	753
9.1.	Formas de reconhecimento da inconstitucionalidade .....	753
9.2.	Reconhecimento da inconstitucionalidade pelo juiz de primeiro grau.....	754
9.3.	Reconhecimento da inconstitucionalidade pelo tribunal .....	754
9.4.	Legitimidade para a arguição .....	754
9.5.	Cisão de competência .....	755
9.6.	Vedação de submissão do incidente ao plenário ou ao órgão especial .....	755
9.7.	Permissão de manifestação das pessoas jurídicas de Direito público .....	755
9.8.	Intervenção dos legitimados à propositura de ação de controle de constitucionalidade..	755
9.9.	Intervenção do amicus curiae.....	755
10.	Conflito de Competência.....	755
10.1.	As Espécies de Conflito de Competência.....	755
10.2.	Competência para o Julgamento .....	756
11.	Homologação de Sentença Estrangeira e do Exequatur às Cartas Rogatórias.....	756
11.1.	Limites da Jurisdição Nacional .....	756
11.2.	Cooperação jurídica internacional .....	758

11.3. A homologação de decisão estrangeira .....	758
11.4. A concessão do <i>exequatur</i> .....	759
11.5. A competência para a execução .....	759
12. Ação Rescisória .....	759
12.1. Conceito .....	759
12.2. Objeto da Ação Rescisória .....	760
12.3. A rescisão de Apenas Um Capítulo da Decisão .....	762
12.4. Competência para Julgamento.....	762
12.5. Ajuizamento da Ação Perante Tribunal Incompetente .....	763
12.6. Requisitos de admissibilidade da ação rescisória .....	763
12.7. Observância do prazo decadencial.....	764
12.8. Depósito do valor correspondente a 5% do valor da causa .....	766
12.9. Hipóteses indicadas no art. 966 CPC.....	766
12.10. Legitimidade para a propositura da ação rescisória.....	767
12.11. Polo Passivo.....	768
12.12. Não impedimento à execução.....	768
12.13. Indeferimento da petição inicial.....	768
12.14. Improcedência Liminar do Pedido .....	768
12.15. Resposta do réu.....	768
12.16. Prescrição intercorrente .....	768
13. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas.....	768
13.1. Finalidade .....	768
13.2. Abrangência .....	770
13.3. Legitimação .....	770
13.4. Vinculação .....	770
13.5. Suspensão de todos os processos determinada pelo STF ou pelo STJ .....	771
13.7. IRDR e os Juizados Especiais .....	771
14. Reclamação .....	772
14.1. Natureza Jurídica e Finalidade.....	772
14.2. Inadmissibilidade.....	772
14.3. Reclamação para Observância de Precedente.....	772
14.4. Transcendência dos Motivos Determinantes .....	773
14.5. Reclamação no âmbito da Turma Nacional de Uniformização (TNU).....	774
15. Recursos: Parte Geral.....	774
15.1. Meios de Impugnação das Decisões Judiciais .....	774
15.2. Princípios Recursais.....	775
15.3. Os requisitos de admissibilidade dos recursos .....	779
15.3.1. Classificação dos requisitos de admissibilidade.....	779
15.3.2. Os requisitos intrínsecos.....	779
15.3.3. Requisitos extrínsecos.....	790
15.4. Efeitos dos recursos.....	805
15.5. Do recurso adesivo .....	806
15.5.1. Observações gerais .....	806
15.5.2. O recurso adesivo como espécie do recurso subordinado .....	807
15.6. Do recurso parcial .....	807

16. Recursos em Espécie .....	808
16.1. Apelação .....	808
16.2. Agravos (Agravo de Instrumento e Agravo Interno) .....	809
16.2.1. Agravo de Instrumento.....	809
16.2.2. Agravo Interno .....	810
16.3. Embargos de declaração .....	810
16.4. Embargos de Divergência.....	811
16.5. Recurso Ordinário.....	811
16.6. Recurso Extraordinário e Recurso Especial .....	812
16.6.1. Cabimento.....	812
16.6.2. Concessão de efeito suspensivo .....	812
16.6.3. Juízo de Admissibilidade .....	813
16.6.4. Interposição conjunta do recurso extraordinário e do recurso especial .....	813
16.6.5. Questão constitucional constatada pelo Superior Tribunal de Justiça .....	813
16.6.6. Ofensa reflexa à Constituição .....	813
16.6.7. Efeito devolutivo no recurso extraordinário ou no especial.....	813
16.6.8. Multiplicidade de recursos extraordinários ou especiais.....	813
16.6.9. A escolha dos recursos representativos da controvérsia.....	814
16.6.10. Decisão de afetação.....	814
16.6.11. Requerimento de destravamento – caso distinto .....	814
16.6.12. Extensão da decisão proferida nos recursos afetados .....	814
16.6.13. Repercussão Geral no Recurso Extraordinário .....	814
16.7. Agravo em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário .....	815
16.8. Embargos de Divergência.....	815
16.8.1. Cabimento.....	815
16.8.2. Confronto de teses .....	815
16.8.3. Interrupção de Prazo para o Recurso Extraordinário .....	815
17. Súmulas e informativos dos tribunais superiores .....	816
17.1. Súmulas do Supremo Tribunal Federal .....	816
17.2. Súmulas do Superior Tribunal de Justiça .....	817
17.3. Informativos do STF .....	817
17.4. Informativos do STJ .....	819
18. Legislação Relacionada ao Capítulo .....	822
Questões ► <b>Capítulo 14</b> .....	841
1. Questões .....	841
2. Gabarito.....	845
Capítulo 15 ► <b>Juizados Especiais Cíveis Estaduais, Federais e da Fazenda Pública</b> .....	847
1. Introdução .....	847
2. Sistema dos Juizados Especiais .....	848
2.1. Natureza da Lei 9.099/95 .....	849
2.2. Princípios informativos dos Juizados Especiais .....	850
2.2.1. Oralidade .....	850
2.2.2. Simplicidade .....	851
2.2.3. Informalidade.....	852

2.2.4. Economia processual.....	852
2.2.5. Celeridade.....	853
3. Juizados especiais cíveis .....	854
3.1. Competência .....	854
3.1.1. Noções gerais .....	854
3.1.2. Competência em razão do valor da causa .....	856
3.1.3. Competência em razão da matéria.....	857
3.1.3.1. Causas elencadas no art. 275, inciso II, CPC/73 .....	858
3.1.3.2. Ação de despejo para uso pessoal .....	859
3.1.3.3. Ações possessórias sobre bens imóveis cujo valor não exceda quarenta salários mínimos.....	860
3.1.4. Competência territorial .....	861
3.1.5. Competência para a execução de título judicial e extrajudicial.....	863
3.1.6. Incompetência absoluta .....	864
3.1.7. Controle da competência .....	864
3.1.8. Complexidade da causa .....	866
3.1.9. Opção pelo procedimento sumaríssimo .....	867
3.2. Partes .....	867
3.2.1. Generalidades.....	867
3.2.2. Legitimidade ativa e passiva.....	867
3.2.3. Excluídos do procedimento .....	870
3.2.4. Capacidade Postulatória .....	872
3.3. Litisconsórcio e intervenção de terceiros .....	873
3.4. Intervenção do Ministério Público .....	874
3.5. Prazos processuais.....	875
3.6. Atos processuais .....	877
3.6.1. Noções gerais .....	877
3.6.2. Atos de comunicação processual – citações e intimações.....	878
3.6.2.1. Citações.....	878
3.6.2.2. Intimações .....	880
3.7. Procedimento .....	881
3.7.1. Generalidades.....	881
3.7.2. Petição inicial .....	881
3.7.2.1. Pedido genérico.....	882
3.7.2.2. Cumulação de pedidos e pedido alternativo .....	882
3.7.3. Sessão inaugural de conciliação .....	883
3.7.4. Resposta do réu e revelia .....	884
3.7.5. Réplica.....	887
3.7.6. Revelia e seus efeitos .....	887
3.7.7. Audiência de instrução e julgamento .....	888
3.7.8. Provas.....	888
3.7.8.1. Prova testemunhal.....	889
3.7.8.2. Prova técnica.....	890
3.7.8.3. Inspeção judicial .....	891
3.7.9. Sentença .....	891

3.7.9.1.	Sentença ilíquida.....	892
3.7.9.2.	Sentença ineficaz .....	893
3.7.9.3.	Sentença proferida por juiz leigo.....	893
3.7.9.4.	A fundamentação do art. 489, CPC/2015 .....	894
3.8.	Recursos cabíveis nos Juizados Especiais .....	895
3.8.1.	Generalidades .....	895
3.8.2.	Capacidade postulatória .....	895
3.8.3.	Prazo e forma de interposição dos recursos .....	895
3.8.4.	Preparo e deserção .....	896
3.8.5.	Juízo de admissibilidade e efeitos dos recursos.....	896
3.8.6.	Julgamento do recurso.....	897
3.8.7.	Embargos de declaração .....	898
3.8.8.	Recurso inominado.....	899
3.8.9.	Agravo .....	900
3.8.10.	Recurso especial e extraordinário .....	901
3.9.	Ações autônomas de impugnação .....	902
3.9.1.	Reclamação.....	902
3.9.2.	Mandado de segurança e habeas corpus .....	903
3.10.	Extinção do processo sem resolução de mérito .....	903
3.11.	Execução .....	904
3.11.1.	Cumprimento de sentença.....	904
3.11.1.1.	Expropriação de bens .....	906
3.11.1.2.	Defesa do executado .....	906
3.11.2.	Execução de títulos extrajudiciais .....	907
3.11.2.1.	Audiência de conciliação, instrução e julgamento .....	907
3.11.2.2.	Inexistência de bens penhoráveis.....	908
4.	Juizados federais.....	908
4.1.	Regime jurídico .....	908
4.2.	Competência .....	908
4.2.1.	Competência absoluta.....	908
4.2.2.	Competência em razão do valor da causa .....	909
4.2.3.	Competência em razão da matéria.....	909
4.2.4.	Causas excluídas da competência do JEF .....	910
4.2.5.	Competência territorial .....	911
4.2.6.	Renúncia tácita .....	911
4.2.7.	Complexidade da causa .....	912
4.3.	Partes .....	912
4.3.1.	Legitimidade ativa .....	912
4.3.2.	Legitimidade passiva .....	913
4.3.3.	Capacidade postulatória .....	914
4.4.	Tutelas de urgência .....	914
4.5.	Atos processuais .....	915
4.5.1.	Citações e intimações da União .....	915
4.5.2.	Citações e intimações das autarquias e empresas públicas federais.....	916
4.5.3.	Prazo de antecedência para designação de audiência de conciliação.....	916

4.5.4.	Intimação da sentença e dos demais atos processuais .....	916
4.5.5.	Prerrogativas da Fazenda Pública, Defensoria Pública e MPF .....	916
4.6.	Procedimento .....	917
4.6.1.	Petição inicial .....	917
4.6.2.	Resposta do réu .....	917
4.6.3.	Audiência de conciliação e instrução .....	918
4.6.4.	Produção de prova técnica .....	918
4.6.5.	Sentença e reexame necessário .....	919
4.7.	Meios de impugnação .....	919
4.7.1.	Recurso inominado .....	919
4.7.2.	Agravo de instrumento .....	920
4.7.3.	Embargos de declaração .....	920
4.7.4.	Pedido de uniformização de interpretação de lei federal .....	920
4.7.5.	Recurso extraordinário .....	922
4.8.	Ação rescisória .....	922
4.9.	Execução .....	922
4.9.1.	Cumprimento de sentença .....	922
4.9.2.	Execução de título extrajudicial .....	924
5.	Juizados Especiais da Fazenda Pública .....	924
5.1.	Introdução .....	924
5.2.	Competência .....	925
5.2.1.	Competência em razão do valor da causa .....	925
5.2.2.	Competência absoluta .....	926
5.3.	Causas excluídas .....	926
5.3.	Partes .....	927
5.3.1.	Legitimidade ativa .....	927
5.3.2.	Litisconsórcio ativo .....	928
5.3.3.	Legitimidade passiva .....	929
5.4.	Tutelas de urgência .....	929
5.5.	Atos processuais .....	930
5.5.1.	Citações e intimações das Fazendas Públicas estaduais e municipais .....	930
5.5.2.	Prerrogativas da Fazenda Pública .....	930
5.5.3.	Citação para a audiência de conciliação .....	930
5.5.4.	Acordos realizados pelas Fazendas Públicas estaduais e municipais .....	931
5.6.	Procedimento .....	931
5.6.1.	Notas introdutórias .....	931
5.6.2.	Audiência de conciliação, instrução e julgamento .....	931
5.6.3.	Produção de prova pericial .....	931
5.6.4.	Reexame necessário .....	932
5.7.	Meios de impugnação .....	932
5.7.1.	Recurso inominado .....	933
5.7.2.	Agravo de instrumento .....	933
5.7.3.	Uniformização de jurisprudência .....	933
5.7.4.	Reclamação .....	934
5.7.5.	Recurso extraordinário .....	935

5.8.	Execução .....	935
5.8.1.	Cumprimento de sentença .....	935
5.8.2.	Execução de título executivo extrajudicial.....	936
6.	Informativos de Jurisprudência Relacionados ao Tema .....	936
7.	Enunciados do Fonaje, Fonajef e Fonajefp.....	938
8.	Legislação relativa ao tema.....	964
Capítulo 16 ► <b>Ações Constitucionais</b> .....		975
1.	A Aplicação Subsidiária do Código De Processo Civil .....	975
2.	A Jurisdição Constitucional das Liberdades .....	975
3.	O Habeas Corpus no Processo Civil.....	976
3.1.	Aspectos Iniciais .....	976
3.2.	Legitimidade de Agir .....	976
3.3.	Capacidade Postulatória .....	977
3.4.	Concessão de Ofício .....	977
3.5.	Atos que podem ser objeto do <i>habeas corpus</i> .....	977
3.6.	Prisão civil .....	977
3.7.	<i>Habeas Corpus</i> e Medida Protetiva de Acolhimento Institucional .....	978
3.8.	Sustentação oral, ampla defesa e manifestação do Ministério Público.....	979
4.	Mandado de Segurança .....	979
4.1.	Evolução histórica e natureza do mandado de segurança .....	979
4.2.	O prazo para o ajuizamento do mandado de segurança .....	980
4.3.	O polo ativo do mandado de segurança individual .....	981
4.4.	Litisconsórcio .....	982
4.5.	O polo passivo no mandado de segurança .....	984
4.6.	A autoridade apontada como coatora .....	984
4.7.	O direito líquido e certo como requisito específico de admissibilidade .....	984
4.8.	Inviabilidade da produção de provas no mandado de segurança .....	985
4.9.	Sentença proferida no mandado de segurança .....	985
4.9.1.	Sentença Denegatória da Ordem sem Análise do Mérito .....	985
4.9.2.	Denegação com análise de mérito ou Concessão da Ordem.....	986
4.10.	Coisa julgada e Cumprimento de Sentença.....	987
4.11.	Os recursos no mandado de segurança .....	988
4.12.	Mandado de Segurança Coletivo.....	991
4.13.	Execução Individual da Sentença Coletiva .....	991
4.14.	Sustentação oral em Tribunal.....	991
5.	Ação Popular.....	992
5.1.	Definição .....	992
5.2.	Espécie do gênero ações coletivas.....	992
5.3.	Legitimação ativa coletiva.....	994
5.4.	Legitimação para a propositura da ação popular.....	994
5.5.	Polo passivo.....	994
5.6.	Do Procedimento da Ação Popular.....	995
5.7.	Da Sentença na Ação Popular .....	995
5.8.	Da Coisa Julgada.....	996
5.9.	Remessa Necessária .....	996

6.	Habeas Data .....	996
6.1.	Previsão constitucional e regulamentação procedimental.....	996
6.2.	Legitimidade .....	997
6.3.	Condições específicas para a ação.....	997
6.4.	Aspectos procedimentais.....	997
6.5.	Competência .....	997
7.	Ação de Improbidade Administrativa.....	998
7.1.	Aspectos de direito material .....	998
7.2.	Legitimidade .....	1001
7.3.	Procedimento de Improbidade Administrativa .....	1001
7.4.	A impossibilidade de celebrar transação em ação de improbidade administrativa ....	1002
7.5.	Sequestro e Arresto de Bens .....	1002
7.6.	Afastamento Provisório .....	1002
7.7.	Indisponibilidade de Bens .....	1002
7.8.	Prevenção do Juízo .....	1003
7.9.	Da Sentença .....	1003
7.10.	Da Prescrição .....	1003
8.	Ação Civil Pública.....	1004
8.1.	Denominação de Ação Civil Pública e interesses tutelados pela lei da Ação Civil Pública.....	1004
8.2.	Dos entes legitimados .....	1005
8.3.	Coisa julgada.....	1007
9.	Súmulas .....	1008
9.1.	Súmulas do STF.....	1008
9.2.	Súmulas do STJ.....	1009
10.	Legislação Relacionada ao Capítulo .....	1009
	<b>Questões ► Capítulo 16.....</b>	<b>1013</b>
1.	Questões .....	1013
2.	Gabarito .....	1019
	<b>Capítulo 17 ► Revisão Final.....</b>	<b>1021</b>
1.	Normas Fundamentais do Código de Processo Civil e Aplicabilidade da Lei Processual.....	1021
1.1	Normas Fundamentais .....	1021
1.2.	Lei processual civil.....	1022
1.3.	Direito Processual Intertemporal. Critérios .....	1022
1.4.	Interpretação das Leis Processuais.....	1022
2.	Categorias Processuais Básicas.....	1022
2.1.	Autotutela e autocomposição.....	1022
2.2	Jurisdição.....	1023
2.3.	Jurisdição, legislação e administração.....	1023
2.4.	Espécies de jurisdição .....	1024
2.4.1.	Classificação doutrinária .....	1024
2.4.2.	Equivalentes jurisdicionais (mediação e conciliação, arbitragem).....	1024
3.	Ação.....	1025
3.1.	Conceito .....	1025

3.2. Teorias da ação .....	1025
3.3. Condições da ação.....	1026
3.4. Elementos da ação .....	1026
4. Defesa .....	1026
4.1. Compreensão básica .....	1026
4.2. Exceção (natureza, classificação, exceção e objeções).....	1026
5. Processo .....	1027
5.1. Conceito de processo .....	1027
5.2. Teorias .....	1027
5.3. Características da relação jurídica processual.....	1028
5.4. Sujeitos do processo.....	1028
5.5. Intervenção de terceiros.....	1028
5.6. Ministério Público e Defensoria Pública .....	1028
6. Limites da jurisdição e da cooperação internacional.....	1028
6.1. Competência internacional.....	1029
6.2. Competência internacional concorrente .....	1029
6.3. Competência internacional exclusiva .....	1029
6.4. Cooperação internacional .....	1029
6.4.1. Auxílio direto .....	1030
6.4.2. Carta rogatória .....	1030
7. Competência e cooperação nacional .....	1031
7.1. Distribuição da competência .....	1031
7.2. Perpetuação da jurisdição.....	1031
7.3. Classificação da competência .....	1031
7.4. Critérios de distribuição .....	1032
7.5. Modificação da competência .....	1032
7.5.1. Modificação voluntária.....	1032
7.5.2. Modificação legal.....	1033
7.5.3. Conflito de competência .....	1033
7.6. Competência da Justiça federal .....	1033
8. Sujeitos processuais .....	1033
8.1. Anotações Preliminares .....	1033
8.2. Legitimação processual .....	1034
8.3. Curador Especial .....	1034
8.4. Litisconsórcio .....	1034
9. Atos processuais.....	1036
9.1. Definição .....	1036
9.2. Do Tempo dos Atos Processuais .....	1036
9.3. Citação .....	1037
9.4. Distribuição e registro .....	1037
10. Tutela provisória .....	1037
10.1. Introdução .....	1037
10.2. Estabilização .....	1038
10.3. Tutela provisória de urgência .....	1039
10.4. Tutela provisória da evidência .....	1039

11. Procedimento comum .....	1039
11.1. Informação inicial .....	1039
11.2. Petição inicial .....	1040
11.3. Aditamento e emenda .....	1040
11.3.1. Indeferimento da petição inicial .....	1040
11.4. Improcedência liminar do pedido .....	1041
11.5. Citação (funções, impedimento, efeitos e modalidades) .....	1041
11.6. Audiência de conciliação ou de mediação .....	1041
11.7. Resposta do réu (definição e espécies) .....	1042
11.8. Revelia .....	1042
11.9. Providências preliminares e saneamento .....	1043
11.10. Julgamento conforme o estado do processo .....	1043
11.11. Julgamento antecipado do mérito .....	1044
11.12. Audiência de instrução e julgamento .....	1044
11.13. Provas .....	1045
11.13.1. Objeto da prova .....	1045
11.13.2. Poderes instrutórios do magistrado .....	1045
11.13.3. Ônus da prova .....	1045
11.13.4. Meios de prova .....	1046
11.14. Sentença e coisa julgada .....	1046
12. Sentença .....	1046
12.1. Conceito e classificações dos pronunciamentos .....	1046
12.2. Sentença .....	1047
12.3. Elementos da decisão .....	1047
12.4. Requisitos da decisão .....	1047
12.5. Decisão e fato superveniente .....	1048
12.6. Conteúdo .....	1048
12.7. Eficácia, publicação, retratação e integração .....	1048
12.8. Coisa julgada .....	1048
12.9. Preclusão e coisa julgada .....	1049
12.10. Limites da coisa julgada .....	1049
12.11. Meios de impugnação da coisa julgada .....	1049
13. Liquidação e cumprimento de sentença .....	1050
13.1. Liquidação: finalidade .....	1050
13.2. Liquidação provisória .....	1050
13.3. Fixação de honorários advocatícios .....	1050
13.4. Iniciativa da liquidação .....	1050
13.5. Natureza do pronunciamento que decide a liquidação .....	1051
13.6. Cumprimento de obrigação fundada em sentença .....	1051
13.6.1. Rol dos títulos judiciais .....	1051
13.6.2. Intimação do devedor .....	1051
13.6.3. Iniciativa do Devedor .....	1052
13.6.4. Iniciativa do Credor .....	1052
13.7. Impugnação ao cumprimento de sentença .....	1052
14. Procedimentos Especiais .....	1053

14.1. Anotações preliminares .....	1053
14.2. Ações possessórias .....	1053
14.2.1. A Fungibilidade das Ações Possessórias .....	1053
14.2.2. Inviabilidade de ajuizamento de ação petítória durante o curso de ação possessória.....	1054
14.2.3. Posse nova .....	1054
14.2.4. Litígio coletivo pela posse de imóvel .....	1054
14.3. Ação de usucapião de terras particulares.....	1054
14.4. Inventário, Partilha e arrolamento .....	1055
14.4.1. Arrolamento sumário .....	1055
14.4.2. Arrolamento comum.....	1055
14.5. Embargos de terceiro .....	1056
14.6. Habilitação .....	1056
14.7. Restauração de autos.....	1056
14.8. Ação Monitória .....	1057
14.9. Procedimentos de Jurisdição Voluntária .....	1057
14.9.1. Natureza Jurídica .....	1057
14.9.2. Alienação Judicial .....	1057
14.9.3. Separação, divórcio e alteração de regime de bens .....	1057
14.9.4. Testamentos e dos codicilos.....	1058
14.9.5. Herança Jacente.....	1058
14.9.6. Bens dos Ausentes .....	1059
14.9.7. Das Coisas Vagas .....	1059
14.9.8. Da Organização e da Fiscalização das Fundações.....	1059
15. Processo de execução .....	1060
15.1. Disposições gerais.....	1060
15.2. Penhora.....	1060
15.3. Bens absolutamente impenhoráveis .....	1061
15.4. Meios Expropriatórios.....	1061
15.4.1. Tipificação dos meios expropriatórios .....	1061
15.4.2. Adjudicação .....	1062
15.4.3. Legitimados .....	1062
15.4.4. Alienação .....	1063
15.5. Execução das obrigações de fazer e não fazer. ....	1064
15.6. Execução de prestação de alimentos.....	1064
15.7. Execução por quantia certa contra devedor insolvente.....	1064
15.8. Execução contra a Fazenda Pública.....	1064
15.9. Embargos do Devedor.....	1065
15.9.1. Natureza .....	1065
15.9.2. Tempestividade .....	1065
15.9.3. Desnecessidade de prévia garantia .....	1065
15.10. Suspensão e extinção do processo de execução.....	1065
15.10.1. A execução será suspensa .....	1065
15.10.2. A execução será extinta quando .....	1066
16. Ações e Recursos nos Tribunais.....	1066

16.1. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas .....	1066
16.2. Requisitos de admissibilidade dos recursos.....	1067
16.3. Efeitos dos recursos.....	1069
16.4. Apelação .....	1071
16.5. Agravos .....	1071
16.5.1. Agravo de Instrumento .....	1071
16.5.2. Agravo Interno .....	1072
16.6. Embargos de declaração .....	1072
16.7. Embargos de divergência .....	1073
16.8. Recursos ordinário, especial e extraordinário .....	1073
16.8.1. Recurso Ordinário .....	1073
16.8.2. Recursos extraordinário e especial .....	1073
16.8.3. Recursos Extraordinário e Especial Repetitivos .....	1074
16.8.4. Agravo em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário .....	1075
17. Juizados Especiais .....	1075
17.1. Sistema dos Juizados Especiais.....	1076
17.2. Lei nº 9.099/95 .....	1076
17.3. Princípios informativos dos juizados.....	1076
17.4. Juizados especiais cíveis .....	1076
17.5. Partes .....	1077
17.5.1. Litisconsórcio e intervenção de terceiros.....	1077
17.6. Atos processuais, petição inicial, audiência de conciliação.....	1077
17.7. Resposta do réu e revelia .....	1077
17.8. Audiência de instrução e julgamento .....	1078
17.9. Provas .....	1078
17.10. Sentença .....	1078
17.11. Recursos .....	1079
17.12. Ações autônomas de impugnação .....	1079
17.13. Execução .....	1079
17.14. Juizados federais .....	1080
17.15. Tutelas de urgência e procedimento .....	1081
17.16. Sentença e reexame necessário .....	1081
17.17. Recursos.....	1081
17.18. Execução .....	1081
17.19. Juizados Especiais da Fazenda Pública.....	1082
17.19.1. Competência, partes e tutelas de urgência.....	1082
17.20. Atos processuais, recursos e execução .....	1082
17.20.1. Legitimidade Ativa.....	1083
<b>Bibliografia.....</b>	<b>1089</b>